

Trabalho e luta de classes na “sociedade do conhecimento”¹

Sérgio Lessa

Trabalho e luta de classes na “sociedade do conhecimento” é, para mim, um tema apaixonante. Vou tentar argumentar que a tese acerca da “sociedade do conhecimento”, que hoje se apresenta como algo radicalmente novo, já possui alguns milênios de existência. Ela apenas ganha novas formas, uma aparência de "novidade" (com tudo de alienado que o "novo" adquire na sociedade fetichizada ao extremo), na medida em que vamos entrando na década de sessenta e, posteriormente, na década de noventa do último século.

Esta tese representa um fenômeno ideológico típico do que Lukács chamou de “o falso socialmente necessário”. Ele ocorre quando, numa dada conjuntura, há a necessidade de idéias rigorosamente falsas para se justificar uma dada formação social. Como essas idéias se referem à vida cotidiana e aparentemente a explicam, elas terminam ganhando um estatuto de verdade. Tais idéias fazem parte do cotidiano, estão coladas a esse cotidiano e tiram dessa proximidade com o aqui e agora uma aparência de verdade. Por isso, apesar de serem manifestamente falsas, muitas pessoas tendem a acreditar nelas.

Pretendo argumentar também que tanto o trabalho como o processo de luta de classes, no processo de reprodução da sociedade, continuam existindo com o mesmo estatuto ontológico, continuam existindo *na sua essência* tal como na “época de Marx”. Continuamos, neste momento de contra-revolução que atravessamos, tendo burguesia, proletariado e vivendo a antinomia capital x trabalho. Continuamos tendo, ainda, entre a burguesia e o proletariado, camadas assalariadas variadas que compõem o que Marx chamava de “classes de transição” (Marx, 1979:229) ou de pequena burguesia. É este o solo efetivo, real, material, concreto no qual vivemos. E a assim denominada “sociedade do conhecimento”, vou tentar mostrar, nada mais é do que um “falso socialmente necessário”.

1. O falso socialmente necessário: a riqueza é produzida pelo trabalho intelectual

¹ Texto referente à palestra proferida pelo autor, por ocasião do *II Encontro Trabalho, Educação e Formação Humana*. Fortaleza, junho/ 2007. Publicado em Jimenez, S.; de Oliveira, J. L.; Santos, D. (orgs) *Marxismo, Educação e Luta de Classes*. UECE/IMO/SINTSEF, Fortaleza, 2008.

Quando, há mais ou menos uns doze mil anos atrás, surgiu a sociedade de classes, ocorreu a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Nos primeiro e segundo parágrafos do Capítulo XIV, do Livro 1, de *O Capital*, Marx diz que antes das sociedades de classes, já que cabeça e mão pertencem ao mesmo corpo, a atividade intelectual e a atividade manual pertenciam ao mesmo indivíduo. Depois, com a sociedade de classes, com a exploração do homem pelo homem, quando, pela primeira vez, o trabalhador tem que realizar no seu trabalho não aquilo de que ele necessita para sua vida, mas, ao contrário, deve realizar o necessário ao enriquecimento da classe dominante (o que implica, claro, também em produzir a sua própria miséria), ocorre a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual. O trabalho continua sendo o intercâmbio orgânico com a natureza. Mas, agora, com uma particularidade importante: ele está tirando da natureza não os meios de produção e subsistência de que o trabalhador precisa, mas os meios de produção e subsistência que irão fazer a riqueza da classe dominante (que é, concomitantemente, a força que oprime quem trabalha). Ou seja, o trabalhador tem de objetivar no seu trabalho não o que precisa, deseja e quer, mas aquilo que a classe dominante precisa. E a única forma que a classe dominante tem para impor sua vontade² é a violência. Não há outra forma: para fazer com que o trabalhador que está necessitando de comida produza um carro, por exemplo, a única alternativa à classe dominante é um sistema articulado que force o operário a produzir, não a comida de que ele necessita, mas o carro que a burguesia precisa.³

O surgimento da sociedade de classes marca um novo patamar na história humana. Entre outras razões, porque temos agora uma articulação ontológica entre violência e produção que se efetiva pela mediação da exploração do homem pelo homem⁴. Nessa nova situação histórica, à classe dominante cabe a tarefa de organizar as condições imprescindíveis para forçar os trabalhadores a produzirem não aquilo que necessitam, mas aquilo que precisa.

² Mais precisamente: para fazer de sua teleologia a teleologia que predomina na objetivação dos trabalhadores.

³ Algumas das mais importantes conseqüências desse desenvolvimento histórico para a conformação das classes sociais examinamos em Lessa, 2007: 163 e ss.

⁴ Além da conhecida passagem em que Lukács trata da relação entre violência e propriedade privada no capítulo "A Reprodução", também temos na *Ontologia* uma segunda passagem importante: Lukács, 1981: 728-31.

Diferentemente da sociedade primitiva na qual todos trabalhavam, temos agora uma parcela da sociedade (a classe dominante) cuja função social será criar e reproduzir as instituições sociais imprescindíveis, e o padrão de reprodução social necessário, para obrigar os trabalhadores a produzirem aquilo que a classe dominante precisa e não o que os próprios trabalhadores necessitam. Nessa nova situação, para retornarmos ao Capítulo XIV de *O Capital*, cabeça e mão vão se "opor" como "inimigos" – como "inimigos mortais" de classe, como na tradução supervisionada de Engels para o inglês do Livro I de *O Capital*. (Marx, 1979b:508)

A atividade da classe dominante de organizar a produção abarca a política, o Estado, a administração, o planejamento da produção, o planejamento de como se dará o escoamento dessa produção no comércio, etc. Isso significa que a classe dominante tem que garantir as condições de exploração do trabalho. Ou, dito de outro modo, sem a atuação da classe dominante não se mantém a exploração do homem pelo homem e, nessa exata medida e sentido, a classe dominante é imprescindível para a reprodução das sociedades de classe. Sem a sua atuação, nem a transformação da natureza pelo escravo, nem pelo servo, nem pelo proletariado, poderia ter lugar. Para a produção baseada na exploração do homem pelo homem, a atividade de controle e organização fundada na violência e realizada pela classe dominante, é uma *conditio sine qua non*. E nessa medida e sentido cada sociedade de classe é a expressão da potência histórica da sua classe dominante.

O intercâmbio orgânico com a natureza, o trabalho, constitui o trabalho manual. Pois, lembremos, a transformação da natureza é sempre, necessariamente, um trabalho manual pela própria determinação ontológica do ser natural. A materialidade natural (diferente das relações sociais) apenas pode ser transformada pela ação da mão humana, pela ativação da "corporiedade" dos homens (Capítulo V do livro I de *O Capital*).⁵

É disto que se trata quando Marx e Engels, desde a *Ideologia Alemã*, se referem à necessidade de superarmos a separação entre o trabalho intelectual e o manual. Não estão

⁵ Como diz Marx em uma bela frase, tal "(...) como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma 'criação da mão humana' para consumir produtivamente as forças da natureza." (Marx, 1985:17).

com isso, evidentemente, identificando trabalho intelectual à teleologia: mesmo o trabalhador mais explorado apenas pode objetivar o que a classe dominante necessita se incorporar na teleologia de sua ação o que lhe ordena o seu senhor. Todo e qualquer ato humano pressupõe uma atividade da consciência, e não é ela que Marx e Engels identificam como trabalho intelectual. Pelo contrário. A mão e a cabeça puderam se tornar "inimigos mortais" porque agora se trata da imposição, pela força, na teleologia a ser objetivada pelo trabalhador, das necessidades da classe dominante antes que das necessidades de quem transforma a natureza com suas mãos.

A separação entre o trabalho manual e o intelectual corresponde, portanto, à divisão da sociedade em classes sociais.

Portanto, a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual não é inerente ao desenvolvimento das forças produtivas, a uma dada organização técnica, a uma dada organização administrativa ou gerencial, mas é uma divisão peculiar à sociedade de classes. Enquanto existir a classe dominante, a ela caberá a tarefa de organizar a exploração do trabalho, cabendo aos trabalhadores manuais transformar a natureza nos meios de produção e subsistência.

É claro que, na medida em que a história da sociedade de classes vai avançando, assume novas formas históricas, a separação entre a atividade de comando e controle (o trabalho intelectual) e o intercâmbio orgânico com a natureza (o trabalho manual). Ocorreu de uma maneira em Roma; de outra, na Idade Média, e, ainda, de outra forma, no capitalismo sob o período da acumulação primitiva. Novas formas e mediações surgiram no capitalismo pós-revolução industrial, no capitalismo do Século XX, e novas formas surgirão no futuro. Apesar dessas transformações, algumas muito importantes e não meramente marginais, algumas características se mantiveram.

Em primeiro lugar, a classe dominante é sempre minoritária e a única forma possível de sobreviver pela exploração do trabalho é constituir uma série de profissões que a auxiliem a manter o processo de trabalho sob seu controle. A função dessas profissões é sempre, direta

ou indiretamente, mediata ou imediatamente, o controle do trabalho, o controle da classe trabalhadora. Elas são muitas e têm uma característica comum: quase sempre são atividades assalariadas e seus executores comparecem na sociedade de classes como auxiliares da classe dominante na manutenção da exploração dos trabalhadores. E, em troca, a classe dominante converte uma parte da riqueza expropriada dos seus produtores em salário para os seus auxiliares. Esses auxiliares são os funcionários públicos, os profissionais ligados ao direito, à polícia e ao exército, o contador, o administrador, o engenheiro que planeja a produção, o gerente, o chefe de oficina, o jornalista⁶, o coordenador em uma escola privada, etc.

Toda sociedade de classes é necessariamente composta pela classe dominante, pelos trabalhadores e pelos auxiliares da classe dominante, estes quase sempre assalariados. Vejam: os assalariados primeiro entram na história, não como fonte de lucro para a classe dominante, mas como um custo que a classe dominante tem que pagar para manter a estrutura administrativa e repressiva necessária para a exploração dos trabalhadores. Essa camada de assalariados executa não o trabalho manual, mas o trabalho intelectual. E é essa porção parasitária da sociedade (a classe dominante e seus auxiliares) o solo histórico da concepção - o "falso socialmente necessário" – segundo a qual quem produz a riqueza social é a classe dominante e seus auxiliares e, não, os trabalhadores manuais. Tanto o senhor de escravo, como a igreja e os senhores feudais se consideravam os verdadeiros produtores da riqueza social. Afinal de contas, se eles não organizassem a sociedade, a produção não aconteceria. Assim, é claro que seriam eles os verdadeiros produtores! Se não fossem eles, o escravo iria trabalhar e produzir o que a sociedade necessitava? O servo produziria para os senhores feudais; o proletário, para os burgueses?

Essa idéia é falsa, em primeiro lugar, porque não corresponde à verdade: são os trabalhadores que transformam a natureza que produzem "o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta" (Marx, 1983:46). E, em segundo lugar, é

⁶ Sobre a profissão dos jornalistas, uma bela antecipação da muito atual submissão da imprensa à classe dominante foi *Ilusões Perdidas*, de Balzac.

socialmente necessária porque é a forma que as classes dominantes e seus auxiliares têm de justificar sua dominação sobre os trabalhadores.

A idéia de que é o trabalho intelectual e não o manual que produz a riqueza é muito antiga. Já está presente em Roma, na Grécia, atravessa a Idade Média, perpassa boa parte dos pensadores modernos e chega até os nossos dias. Isso corresponde à necessidade da classe dominante e dos seus auxiliares assalariados de dizer o seguinte: “nós não somos exploradores, nós não vivemos da exploração de outra classe, nós é que fazemos a atividade fundamental para que a sociedade possa existir”.

A idéia de que é a atividade de planejamento, a atividade de concepção e preparação do trabalho que produz riqueza -- e que o resto é o resto --, nada mais é do que a forma que as classes dominantes, ao longo da história, encontraram para justificar a exploração que elas exercem sobre o trabalho. E essa concepção é rigorosamente falsa! Porque, por mais que se pense, que se planeje, que se organize, se a produção não acontecer, não haverá nenhuma riqueza. Por mais que um arquiteto faça a planta, sem o pedreiro para levantar a casa, não há riqueza nova produzida. Por mais que o engenheiro planeje a produção, se não houver o operário, não há riqueza nova produzida. Por mais que o senhor de escravo planeje o que vai ser produzido na sua fazenda, se o escravo não trabalhar, não há riqueza produzida. O fato de, na sociedade de classe, o trabalho de preparação e controle da produção, o trabalho intelectual, ser essencial para que a produção baseada na exploração do homem pelo homem tenha lugar, não significa que tenha se fundido, imbricado, ou se identificado ao trabalho manual.

O que eu estou tentando mostrar é que a concepção segundo a qual é a atividade intelectual que produz riqueza e, não, o trabalho manual, é velha. E não é velha de apenas 50 anos, mas foi produzida há milênios, pois estamos falando da Grécia antiga, da Roma antiga. Essa concepção tem a marca da classe dominante ao longo de todo esse tempo. Não representa, nesse nível, nenhuma novidade as formulações contemporâneas de um Lojkin ou de um Adam Schaff, para ficarmos com alguns autores que são quase sempre considerados de esquerda.

É por causa disso que, para Marx e Engels, em se tratando do comunismo, é imprescindível a superação da oposição "como inimigos mortais" entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. O que eles estão dizendo é que se tem que superar a separação entre a organização do trabalho pela classe dominante e a execução do trabalho pelos trabalhadores. Marx não está dizendo que nós temos que fundir numa mesma atividade, o pensar e o executar, porque isso é impossível⁷. Trabalhar significa, primeiro, "construir" na consciência e, depois, "realizar" no real (Marx, 1983:149-150). Não há possibilidade alguma de identidade entre teleologia, prévia ideação e objetivação. Não é isso que Marx e Engels estão propondo. Eles estão propondo acabar com a exploração do trabalho que pressupõe essa separação entre o trabalho intelectual da classe dominante e o trabalho manual dos trabalhadores.

Ao atingirmos o capitalismo maduro, pós-revolução industrial, a sociedade passa por uma transformação que fornece uma base social mais densa para esse falso socialmente necessário. A revolução industrial potencializa a força de trabalho em tal intensidade, aumenta a produtividade do trabalho de uma forma tão estupenda, que há a necessidade, mais do que a possibilidade, de se ter uma parcela cada vez menor de trabalhadores transformando a natureza e uma parcela cada vez maior de assalariados atuando no comércio, na repressão, na organização da sociedade, na burocracia, etc.

É algo fantástico, por exemplo, a burocracia necessária para fazer existir o capital financeiro. Pensemos na quantidade de trabalhadores, técnicos, especialistas, instituições, prédios, meios de comunicação e equipamentos indispensáveis para manter o capital financeiro, o qual não produz nenhuma riqueza. A mesma coisa podemos afirmar em relação ao comércio. A ampliação da produção redundava na ampliação do comércio, o que significa que se deve alocar mais força de trabalho, mais atividades de organização, mais *shopping centers*, mais propaganda etc. A parcela da população que transforma diretamente a natureza, os operários, tende a diminuir na medida em que vão se desenvolvendo as

⁷ Nada mais estranho à Marx que a identidade sujeito-objeto típica das concepções hegelianas e, em alguns momentos, da Escola de Frankfurt.

forças produtivas. Na medida em que a produtividade do trabalho vai se intensificando, o setor assalariado que auxilia a burguesia a explorar o trabalho tende a crescer, tanto numericamente quanto na importância que assume na reprodução social. Nos países capitalistas desenvolvidos, o proletariado rural e urbano representa algo ao redor de quinze ou vinte por cento da força de trabalho, enquanto oitenta por cento da força de trabalho está locada no Estado, na burocracia, no comércio, nos bancos, no capital financeiro, etc. Apenas em sua menor parte os assalariados continuam sendo trabalhadores no sentido de transformar a natureza.

Isso faz com que tenhamos na sociedade contemporânea uma quantidade enorme de assalariados que vive, tal como a burguesia, da riqueza produzida pelos proletários. Como a quantidade dessas atividades é muito grande e como a sua presença na vida cotidiana é também muito elevada, ganha a aparência de verdade a idéia de que estas atividades produzem riqueza; que, afinal de contas, um engenheiro que está planejando um carro, um indivíduo que, numa agência de propaganda, está estimulando o consumo de determinado produto, um programador de computador que está fazendo um *software* para determinada máquina, etc. estariam participando da produção tal como o operário e, portanto, produziriam riqueza tal qual o operário.

Assim como dizíamos há pouco, aquele "falso socialmente necessário" de que o trabalho intelectual é o produtor da riqueza, ganha, por essa evolução das forças produtivas, um solo social que não possuía nas formações pré-capitalistas. E, já que aumenta a aparência de verdade dessa tese ela adquire um status de axioma. O idealismo, ou seja, a concepção de que a história é feita pela evolução da idéia e não pelo desenvolvimento das forças produtivas, tem aqui uma de suas bases sociais de sustentação. E é por isso que o idealismo, apesar de todo o desenvolvimento das forças produtivas e da ciência, é uma vertente filosófica tão perene na história das sociedades de classe⁸.

2. O "fim do trabalho manual"

⁸ Há um belo texto de Lukács sobre essas e outras questões: *Marx e os problemas da decadência ideológica* (Lukács, 181a).

Permitam-me, agora, pegar outra trilha para explorar o nosso tema, a "sociedade da informação": as teses acerca da extinção do trabalho manual.

Quando termina a Segunda Guerra Mundial e se abre o que Mészáros vai definir como o primeiro momento da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002; Paniago, 2007), o modo de produção capitalista nos países industrializados avançados está levando às últimas consequências o fordismo e o taylorismo, cujas raízes podem ser traçadas desde a transição, no Século XIX, do capitalismo concorrencial para o monopolista. É nesse contexto que o capitalismo nos países avançados necessita do mercado de consumo para continuar ampliando a produção. (Isso não é rigorosamente correto, mas é fundamentalmente correto e pegaremos esse atalho para não nos estendermos além da conta). O capitalismo monopolista está encontrando uma forma de produzir muito e barato e precisa gerar um mercado consumidor que inclua o consumo de parcela dos assalariados e operários.

Quem já viu o filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin, observou uma caricatura do fordismo: cada indivíduo ocupa um lugar na linha de montagem e vai cumprir a tarefa que corresponde àquele local. Com isso, intensifica-se a divisão social do trabalho e aumenta-se o controle sobre a atividade do trabalhador; através da velocidade da linha de montagem se impõe o ritmo preciso para cumprir uma tarefa, aumentando imensamente a produtividade. A contrapartida é que se torna necessário um mercado consumidor crescente, porque, a partir de agora, passa-se a produzir cada vez mais e mais barato. O limite desse processo de desenvolvimento começa a ser atingido ao redor dos anos 1950, naquilo que Mészáros vai apontar como o primeiro momento da crise estrutural do capital.

É nessa quadra histórica que, nos EUA e na Europa, começam a aparecer algumas fábricas que causam grande sensação na sociologia do trabalho, na filosofia e na ciência política européias, as chamadas "fábricas automáticas". Os exemplos clássicos das fábricas automáticas são algumas usinas de refino de petróleo no Texas e na França (Mallet, 1963). Nessas usinas, entra petróleo de um lado, sai nafta, gasolina, gasolina de avião, graxa, asfalto, do outro, sem praticamente qualquer intervenção da mão humana. Ao menos aparentemente. Elas são administradas por quatro equipes de 9 pessoas, que se revezam

vinte e quatro horas por dia, cada equipe trabalhando uma jornada de oito horas. Quatro equipes de nove trabalhadores levam a fábrica praticamente sozinhos. Quando há um problema em uma dada válvula, por exemplo, acionam-se trabalhadores terceirizados numa empresa que presta serviço de manutenção. Trabalhando naquela enorme planta industrial, produzindo uma quantidade enorme de riqueza, tínhamos trinta e seis trabalhadores, todos eles com elevada capacidade profissional. Eram operários porque convertiam a natureza em meios de produção. Todavia, estavam muito distantes dos operários tradicionais. Eles trabalhavam em ar-condicionado, de camisa branca, calça preta e gravatinha borboleta, são engenheiros ou muito especializados. Cumprem a função de operários, mas se parecem muito mais como trabalhadores de colarinho branco.

Outro exemplo sempre citado de fábrica automática é a fabricação de munição. Devido ao risco de explosões (a fabricação da pólvora, por incrível que pareça, não é perigosa, o que é perigoso é colocar a pólvora junto com a espoleta e a ogiva). Ao longo da Segunda Guerra Mundial produziu-se um maquinário muito eficiente no controle das explosões, que funcionava quase sem a intervenção humana. Neste maquinário, uma prensa, entram a pólvora, um invólucro – a cápsula - e a espoleta, e as ogivas saem aos milhares. Apenas um ou dois engenheiros ficam à distância monitorando se há quantidade suficiente de pólvora, se está faltando espoleta, se as cápsulas vêm na velocidade prevista, se a máquina está operando adequadamente etc.

O aparecimento das fábricas automáticas, nesses poucos exemplos, fez surgir uma enorme discussão e deu origem a uma literatura vastíssima. E o título inicial e que causa o maior impacto nesse debate chama-se “Aonde vai o trabalho humano”, de autoria de Georges Friedmann, que defende a tese de que as fábricas automáticas do fordismo fariam com que surgissem fábricas sem trabalhadores.

É assim que no debate contemporâneo reencontramos aquele "falso socialmente necessário" que viemos perseguindo desde a Antiguidade, qual seja: se o trabalho manual está sendo extinto, como duvidar que quem produz a riqueza é o trabalhador intelectual? É aquele que organiza a produção, quer organize a produção como a burguesia, juntando capital e

matéria prima, organizando as fábricas, etc.; quer como um engenheiro que planeja a produção, concebe o quê e o como será produzido; e, ainda, quer como um administrador que compra a matéria prima e paga os salários ou o marqueteiro que faz a propaganda. Agora, são essas as atividades que produziram a riqueza e não mais o trabalho manual, o qual, teoricamente, estaria, segundo esses autores, em processo de desaparecimento pois em breve seria completamente substituído pela máquina.⁹

Ainda segundo tais autores e tais teorias, as fábricas automáticas seriam a comprovação do equívoco de Marx. O que, em si, não seria algo tão grave. Muito mais grave é a afirmação de que é o trabalho intelectual que produz a riqueza. A partir daí, a classe dominante e seus auxiliares deixam de ser a porção parasitária da sociedade para serem tão produtores da riqueza quanto os operários. Próximo passo é reverter a equação e afirmar-se que, se são os trabalhadores intelectuais os produtores da riqueza, os trabalhadores manuais agora viveriam da riqueza por eles produzida. Na nova configuração "societária" (se me permitem a expressão em moda) os trabalhadores manuais não passariam de resquícios do velho e se limitariam a parasitar o trabalho da classe dominante e de seus auxiliares, aqueles que realizam o trabalho intelectual. Essa é a consequência teórica dessa tese. Se vocês lerem com cuidado, por exemplo, *A sociedade informática*, de Adam Schaff, verão como uma tese semelhante está implícita, por exemplo, no modo como ele concebe a ajuda que será, segundo ele, certamente dada pelos países ricos aos países do Terceiro Mundo na transição para o que ele imagina ser uma sociedade sem trabalho manual a ser atingida até o ano 2000.

A ilusão de que estaríamos caminhando para uma sociedade sem trabalho manual e, portanto, sem operários, ganha um enorme empuxo com o anúncio das "fábricas sem homens" (*menless factories*). Aquele falso socialmente necessário que vinha desde a Antiguidade ganha uma nova força: não são os trabalhadores manuais quem produzem a riqueza, mas, sim, o trabalho intelectual da classe dominante e de seus auxiliares.

⁹ Um autor bastante típico desse horizonte é Nagel, 1979, mas os leitores não terão dificuldades para identificar muitos outros que navegam nas mesmas águas.

Ora, o surgimento das "fábricas sem trabalhadores", tal como anunciado nas décadas de 1960-70, simplesmente não aconteceu!

Entraram os anos sessenta, vieram os anos setenta, saíram os anos setenta e o trabalho manual continuou lá dentro da fábrica, os operários continuaram a existir. Essa hipótese a história demonstrou ser falsa. Isto não é uma dedução lógica, tampouco estou fazendo aqui uma inferência. Esses autores diziam que não mais haveria trabalhadores na fábrica, não mais existiria trabalho manual na sociedade e tudo seria produzido pelo trabalho intelectual. Passaram-se quarenta anos, passaram-se outros sete anos, e essa tese foi negada pela nossa própria vida cotidiana. Nada disso aconteceu! Análises posteriores das "fábricas automáticas" de Mallet revelam a importância dos trabalhos manuais terceirizados que garantem seu funcionamento e manutenção, ao contrário das ilusões primeiras. Os operários continuam existindo, as fábricas continuam existindo, se não houver trabalho manual não se transforma a natureza. Aquilo que eles diziam que iria acontecer, não aconteceu. Não se trata de uma questão de posição política ou ideológica, é olhar para a realidade. As fábricas continuam lotadas de trabalho manual, são esses trabalhadores que produzem o "conteúdo material da riqueza" (Marx, 1983:46).

Quando vamos chegando ao final dos anos oitenta, a idéia de que a automatização – o que não deve ser confundido com automação - iria acabar com o trabalho manual se demonstrou empiricamente falsa. É nesse contexto que entra em cena o toyotismo, a produção flexível, a introdução dos computadores na linha de montagem, os robôs. Se a fábrica "automática" não acabou com o trabalho manual, afirma-se agora que a fábrica "informatizada" o faria. A "automação", com a entrada dos computadores e dos robôs, faria o que o fordismo não foi capaz de realizar. A fábrica automática do fordismo não cumpriu a promessa de acabar com o trabalho manual, mas a fábrica informatizada do toyotismo faria este milagre.

Muitos passaram então a dizer que os robôs iriam substituir os trabalhadores manuais e a velha tese comparece de forma renovada: a classe operária estaria desaparecendo, o trabalho intelectual substituiria o trabalho manual na produção da riqueza. Surge a versão

up to date da "sociedade da informação". Nela, diferente do passado, seria o conhecimento e não o trabalho manual que produziria a riqueza. E essa tese tem uma enorme repercussão, muito maior do que na década de sessenta, também devido ao afastamento da classe operária de seu projeto histórico nesses tempos de contra-revolução.

Aqueles que participaram de programas de pós-graduação na passagem dos anos oitenta para os anos noventa na área das ciências humanas podem atestar o que eu digo. Naqueles anos, quem ousasse duvidar da possibilidade de acabar-se com o trabalho manual pela introdução dos robôs, seria considerado um verdadeiro lunático. Não restava dúvidas de que os robôs acabariam com os operários!

Bastou algo tão prosaico quanto a mão de obra terceirizada tornar-se mais barata e mais flexível do que os robôs, para a tendência que seria o futuro dar marcha a ré. A robotização converte-se em seu oposto, a desrobotização da produção. Hoje em dia, retiram-se robôs da linha de montagem e em seu lugar coloca-se o trabalhador terceirizado, que é muito mais flexível e barato. Se compararmos a linha de montagem da Volks no ABC paulista com a linha de montagem da mesma Volks em Resende, observamos que, apesar de muito mais modesta, a planta de Resende, com mais trabalhadores terceirizados e menos robôs é mais lucrativa que a do ABC, que tem, proporcionalmente, muitos robôs e pouca mão de obra terceirizada. Isto porque é o trabalhador que produz mais-valia, é o trabalho que produz riqueza, a máquina não produz riqueza alguma – uma vez mais como já havia demonstrado (como reza o lugar comum) um superado pensador do século XIX.

Pois bem, nos anos de 1990, um intelectual dos mais irresponsáveis, Adam Schaff, um ex-marxista da Europa Oriental, se liga ao Clube de Roma (financiado pela *CIA*) e publica um livro chamado *Sociedade* informática, no qual escreve que, 1985, já existiria no Japão a fábrica sem trabalhador. Pura fantasia! Ele não foi capaz de dizer onde nem quando isso estaria tal fábrica. Partindo dessa inverdade, afirma que em quinze anos (portanto, em 2000) não haveria nenhuma fábrica com trabalho manual. Ele anuncia o fim da classe operária, mas, atenção, não anuncia o fim da burguesia! Já se passaram os quinze anos, já

se passaram outros sete anos após os quinze anos e o que observamos é o oposto: os trabalhadores manuais continuam dentro das fábricas.

Schaff prossegue em seu delírio afirmando que descobrir o que fazer da vida, já que ninguém mais precisaria trabalhar, seria o problema central da humanidade. E a saída que ele oferece é o lazer. Ao contrário dessa visão fantasiosa, todavia, nosso problema cotidiano hoje é inteiramente outro. É a busca de emprego, mesmo que seja um emprego manual brutal!

As teses de Adam Schaff ganham uma enorme repercussão. Viveríamos numa sociedade em que o trabalho manual está acabando, a dita "sociedade da informação". É o conhecimento que produziria a riqueza, portanto os operários do campo e da cidade não cumprem mais nenhuma função na sociedade contemporânea, são resquícios do velho. A classe operária rural e urbana não apenas está em extinção, como ainda representa o velho e não tem mais lugar no futuro. Surfando nessa onda, vêm também o pós-modernismo e, depois, Negri, Lazzarato, Hardt e, no Brasil, Giuseppe Cocco, com a tese do trabalho imaterial.

Como pode existir alguma coisa imaterial? O que é imaterial não existe, a não ser que acreditemos em fantasmas. Marx é um materialista porque afirma que só existe a matéria. Para Marx, a subjetividade, a idéia, faz parte da materialidade do ser social. Faz parte dessa nova forma de ser, dessa nova esfera ontológica que é o ser social. Isto é o que é ser materialista. Além disso, como pode existir trabalho "imaterial" se trabalho significa transformar a natureza? A idéia de trabalho "imaterial", para Marx, é um absoluto contra-senso. A imaterialidade para Marx é o inexistente, é o não-ser.¹⁰

¹⁰ Esse é um dos aspectos mais complexos do materialismo de Marx em contraposição aos materialistas anteriores e posteriores. Implica no desenvolvimento pleno da concepção de que o ser social é uma matéria social que apresenta articulações essenciais e distinções essenciais com a natureza. Lukács trabalhou longamente esse aspecto em muitos momentos de sua obra de maturidade. Um bom ponto de partida, para essa questão, é seu texto *A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*, publicada entre nós em uma tradução de Carlos Nelson Coutinho (Lukács, 1978). Tratei dessa questão, em relação ao debate contemporâneo com Negri e sua vertente teórica, em Lessa, 2005 e 2007.

Negri, Lazzarato, etc., lideranças importantes dos "operaristas italianos"¹¹ argumentam que a passagem do feudalismo para o capitalismo foi, não o desenvolvimento da burguesia, do comércio, do mercado mundial, enfim, a acumulação primitiva, mas "o amor pelo tempo por se constituir". Seria este "amor pelo tempo por se constituir" que fez a Revolução Inglesa no Século XVII, a revolução francesa no Século XVIII, lançou as multidões às praças na Revolução Russa de 1917 e nas jornadas de 1968. É este "amor pelo tempo por se constituir" que arrebentaria com o capitalismo e faria do trabalho imaterial a encarnação na vida cotidiana do comunismo que nós já estaríamos vivendo. Quando os trabalhadores trocam o dinheiro eles não estariam mais trocando valor de troca, eles estariam trocando valor de uso. O capitalismo está desaparecendo, já não há mais classe operária, nem burguesia, todos somos produtores. Pensar e produzir significam a mesma coisa. E isso tudo porque "o amor pelo tempo por se constituir" tomou conta de nós, apoderou-se da nossa vida cotidiana.

Por que as pessoas acreditam no que dizem esses autores, apesar do evidente absurdo de suas teses? Porque eles estão dizendo o que é necessário para justificar o capital neste momento histórico. O que eles estão dizendo é que a sociedade capitalista não mais explora os trabalhadores, toda riqueza hoje é produzida pelo trabalho intelectual, toda riqueza é produzida pela informação, pelo conhecimento. Teríamos entrado em uma nova etapa histórica, não há mais proletariado e burguesia, portanto, não há mais revolução proletária, nem socialismo, nem comunismo etc. O resultado prático dessas posições logo se fizeram presente. No Brasil, hoje, apóiam Lula. Internacionalmente, apóiam Bush pois ele está levando "civilização" para o Iraque! E, historicamente, nada mais são que formas contemporâneas daquele "falso socialmente necessário" que perseguimos desde a Antiguidade: o trabalho intelectual é o verdadeiro produtor da riqueza social.

O que estou tentando mostrar é que a concepção da sociedade da informação é rigorosamente falsa, ela não corresponde à realidade! Se examinarmos os estudos empíricos que estão sendo publicados de 1987, 1988, para cá, constatamos que o que está acontecendo na indústria automobilística, no setor eletroeletrônico, petroquímico, de

¹¹ A esse respeito, ver o imperdível artigo de Turchetto (2004).

autopeças, de celulose, de tecidos, da moda, etc., é, em primeiro lugar, uma intensificação da exploração do trabalho manual. Quem está exercendo o trabalho manual está produzindo mais riqueza, num ritmo mais avassalador e, na maior parte das vezes, numa jornada de trabalho maior. Em segundo lugar, intensificou-se a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual e agora o trabalho manual é vigiado também pelo robô, uma vigilância muito mais dura e muito mais eficiente do ponto de vista do capital do que aquela que era exercida pelo chefe da oficina, pelo "capataz", pelo gerente de oficina, pelo engenheiro etc.

A sociedade da informação é aquele antigo "falso socialmente necessário". Por que a sociedade acredita nessa tese? Por que a ideologia burguesa, hoje, neste momento de crise estrutural do capital, precisa desta idéia para justificar sua existência. Precisa dizer que essa crise que estamos vivendo não é uma crise que ameaça destruir a humanidade, é a inevitável dor de parto que marca o nascimento de uma sociedade de nível superior, seja esta sociabilidade superior a sociedade da informação, do comunismo, do trabalho imaterial, etc.

Esse "falso socialmente necessário" tem aparência de realidade porque corresponde às necessidades objetivas da classe dominante e dos assalariados justificarem a exploração brutal, desumana, bárbara, que se realiza hoje sobre o operariado. A classe dominante busca justificar as barbaridades que estão ocorrendo no mundo argumentando que estamos indo para uma sociedade superior: essa tese é, bem pesada as coisas, a justificação ideológica das necessidades de reprodução em patamares superiores das alienações contemporâneas.

A concepção da sociedade da informação ou da sociedade informática, segundo a qual é o conhecimento que produz a riqueza, é rigorosamente falsa e cumpre, com as devidas alterações, com as devidas diferenças, a mesma função social que cumpria lá na Antiguidade: justificar a exploração dos trabalhadores pela classe dominante.

E, agora, não podemos fazer mais do que apenas mencionar um outro aspecto importantíssimo: tais equívocos, ao fazerem do trabalho intelectual o produtor da riqueza, cancelam sem mais nem menos a tese marxiana do trabalho (intercâmbio orgânico com a

natureza e, por isso, necessariamente trabalho manual), como a categoria fundante do mundo dos homens.

Esta é a função ideológica que cumpriu no passado e que cumpre hoje a tese do trabalho intelectual como produtor da riqueza social. Como hoje a situação histórica é diferente, a ideologia ganha uma forma também diferente, mas como se trata na essência da mesma justificação, na essência se trata da mesma ideologia. É o velho idealismo em sua forma contemporânea.

Eu gostaria de terminar reforçando: a idéia de uma sociedade da informação, ou do conhecimento como produtor de riqueza, é falsa, não corresponde à verdade. É o reflexo teórico das necessidades ideológicas da classe dominante e deste amplo setor assalariado que a auxilia. A classe operária está aí, as lutas de classes continuam acontecendo, ainda que aconteçam de uma forma histórica peculiar porque vivemos um período contra-revolucionário muito intenso que faz com que a presença da classe operária, dos trabalhadores, da burguesia, da classe média, nos confrontos cotidianos tenha uma conformação histórica peculiar.

A luta de classes está aí, a classe operária está aí, e, a revolução continua atual. E se a história mantiver a lição do passado, esse período contra-revolucionário que vivemos é o prenúncio do período revolucionário mais intenso e prolongado, verdadeiramente planetário, que a humanidade jamais conheceu. E as evidências nesse sentido se acumulam com a velocidade dos jornais diários.

Bibliografia

- Gallie, D. (1978) *In search of the new working class*. Cambridge University Press, Nova Iorque.
- Lessa, S. (2005) *Para além de Marx? Crítica às teses do trabalho imaterial*. Ed. Xamã, São Paulo.
- Lessa, S. (2007). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. Ed. Cortez, São Paulo.

- Lessa, S. (2007). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. Ed. Cortez, São Paulo.
- Lukács, G. (1978) *A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. Ed. Ciências Humanas, S. Paulo.
- Lukács, G. (1981a) *Marx y el problema de la decadencia ideologica*. Siglo XXI Ed., México .
- Lukács, G. (Vol I, 1976, Vol II, 1981) *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Ed. Rinuti, Roma.
- Mallet, S. (1963) *La nouvelle classe ouvrière*, Éditions du Seuil, Paris.
- Mallet, S. (1963) *La nouvelle classe ouvrière*, Éditions du Seuil, Paris.
- Marx, K. (1979) *O 18 brumário de Louis Bonaparte*. Ed. Sociais/São Paulo.
- Marx, K. (1979b) *Capital*. Vol I, International Publishers, New York.
- Marx, K. (1983, Tomo I, 1985, Tomo II) *O Capital*. Vol I, Ed. Abril Cultural, São Paulo.
- Mészáros, I. (2002) *Para além do capital*, Boitempo, São Paulo.
- Nagel, J. (1979) *Trabalho colectivo e trabalho improdutivo na evolução do pensamento marxista*. Lisboa, Ed. Prelo.
- Paniago, C. (2007) *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. EDUFAL, Maceió.
- Turchetto, M. (2004) "Antonio Negri e o triste fim do 'operarismo' italiano". Revista Crítica Marxista, Ed. Revan, Rio de Janeir.